

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

José, mediante simulacro de arma de fogo e com *animus rem sibi habendi*, ameaçou o frentista de um posto de gasolina e determinou-lhe que lhe entregasse todo o dinheiro que estava em seu bolso. Ao surrupiar todo o dinheiro e começar a fugir, José visualizou uma viatura da Polícia Militar do outro lado da rua. Nesse momento, José devolveu o dinheiro ao frentista, pediu-lhe desculpas e informou-lhe que a arma era de brinquedo. Imediatamente, o frentista imobilizou José, que foi preso por um policial militar.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que José praticou

- Ⓐ tentativa de roubo simples, pois não consumou o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.
- Ⓑ crime de ameaça consumado, pois houve arrependimento eficaz.
- Ⓒ crime consumado de ameaça, visto que ele desistiu voluntariamente da empreitada criminosa.
- Ⓓ crime de roubo, cabendo majoração da pena pelo emprego consumado de arma de fogo.
- Ⓔ crime de roubo simples consumado, pois a arma de brinquedo não tem a lesividade necessária para a majoração da pena.

Questão 22

Em 23 de julho de 2021, Manuel chegou a sua casa embriagado e, sem qualquer motivo, disse à sua companheira, Maria, que iria socá-la. Ato contínuo, Manuel desferiu um soco na região orbital esquerda do rosto de Maria, que, imediatamente, chamou a polícia. Manuel foi preso e conduzido à delegacia de polícia.

Nessa situação hipotética, Manuel praticou

- Ⓐ crime de lesão corporal qualificado, que, descrito no art. 129, § 9.º, do CP e para o qual a pena prevista é a de detenção de três meses a três anos, não exige a representação da vítima, e crime de ameaça, que, previsto no art. 147 do CP, exige a representação da vítima.
- Ⓑ crime de lesão corporal qualificado, descrito no art. 129, § 13, do CP e para o qual a pena prevista é a de reclusão de um a quatro anos, e crime de ameaça, previsto no art. 147 do CP, os quais dispensam a representação da vítima.
- Ⓒ crime de lesão corporal qualificado, que, descrito no art. 129, § 13, do CP e para o qual a pena prevista é a de reclusão de um a quatro anos, dispensa a representação da vítima, e crime de ameaça, que, previsto no art. 147 do CP, exige a representação da vítima.
- Ⓓ crime de lesão corporal qualificado, descrito no art. 129, § 9.º, do CP e para o qual a pena prevista é a de detenção de três meses a três anos, sendo o crime de ameaça absorvido pelo de lesão corporal.
- Ⓔ crime de lesão corporal qualificado, descrito no art. 129, § 9.º, do CP e para o qual a pena prevista é a de detenção de três meses a três anos, bem como crime de ameaça, previsto no art. 147 do CP, os quais exigem a representação da vítima.

Questão 23

Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta.

Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinala a opção correta.

- Ⓐ Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.
- Ⓑ Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.
- Ⓒ Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- Ⓓ Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.
- Ⓔ O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

Questão 24

Em 11 de novembro de 2021, Rafael, com *animus rem sibi habendi* e mediante arma de fogo, anunciou um assalto contra a vítima Raimundo, que estava em uma parada de ônibus. Assustado e antes de entregar seus pertences, Raimundo correu pela calçada, enquanto Rafael correu na direção contrária, com medo de ser preso. Após correr cerca de 500 metros, Raimundo, ao atravessar a rua, entrou na frente do veículo conduzido atenciosamente por Cláudia, tendo sido atropelado e morto. Trinta minutos depois, Rafael foi preso nas imediações do local.

Nessa situação hipotética, Rafael cometeu crime de

- Ⓐ roubo na forma tentada, devendo a pena ser majorada em decorrência da arma de fogo, e não lhe pode ser atribuído o resultado morte, por ter sido uma concausa superveniente relativamente independente.
- Ⓑ roubo na forma tentada, devendo a pena ser majorada em decorrência da arma de fogo, e homicídio doloso, em razão do dolo de segundo grau, pois sua intenção primeira era o roubo.
- Ⓒ latrocínio consumado, pois, apesar de não ter consumado a subtração, sua conduta deu causa ao evento morte.
- Ⓓ latrocínio tentado, uma vez que, apesar de ter dado causa à morte de Raimundo, Rafael não consumou a subtração por circunstâncias alheias à sua vontade.
- Ⓔ roubo na forma tentada, devendo a pena ser majorada em decorrência da arma de fogo, e homicídio doloso, em razão do dolo eventual, pois assumiu o risco de produzir o resultado morte.

Questão 25

O carro de Pedro foi apreendido por força de mandado de busca e apreensão expedido por juízo cível competente, para servir de garantia a uma dívida executada judicialmente. Conforme ordenado, o veículo apreendido foi levado para o pátio aberto do DETRAN, onde deveria ficar até ulterior decisão judicial que nomeasse a pessoa do diretor da referida instituição como depositário. Contudo, inconformado com a apreensão do veículo, Pedro foi ao local e, utilizando uma chave mestra, retirou-o de lá sem que os funcionários percebessem.

Nessa situação hipotética, Pedro praticou

- Ⓐ crime de furto de coisa comum, previsto no art. 156 do CP, pois subtraiu o veículo de quem legitimamente o detinha.
- Ⓑ uma forma especial do crime de exercício arbitrário das próprias razões, tipificado no art. 346 do CP, pois resolveu fazer justiça com as próprias mãos.
- Ⓒ crime de desobediência a decisão judicial, previsto no art. 359 do CP, pois exerceu direito do qual estava suspenso.
- Ⓓ delito contra a administração da justiça, tipificado no art. 358 do CP, pois impediu arrematação judicial.
- Ⓔ crime de furto qualificado pelo emprego de chave falsa e pela destreza com que ludibriou os funcionários do DETRAN.

Questão 26

Com base nos conceitos de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A coação moral irresistível exclui a conduta dolosa do agente, uma vez que, embora tenha consciência, ele não tem a vontade de agir em desconformidade com o direito.
- Ⓑ Atua com dolo eventual o agente que, querendo um resultado criminoso, entre os previstos, se conforma com qualquer resultado objetivo que ocorrer.
- Ⓒ O cumprimento legal de ordem de superior hierárquico, não manifestamente ilegal, exclui a tipicidade, pois o inferior hierárquico cumpre a ordem nos exatos limites da lei, sendo-lhe inexigível outra conduta.
- Ⓓ O agente que ultrapassar os limites de uma causa justificante, por acreditar que agia conforme o direito, incorre em erro de proibição, que constitui uma causa exculpante, se escusável.
- Ⓔ O agente que, diante do risco atual de colidência de bens jurídicos, sacrificar um bem jurídico de menor valor para salvar o de maior valor não comete crime, pois atua diante da inexigibilidade de conduta diversa.

Questão 27

Acerca do sujeito ativo e concurso de agentes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para conceituar autor, o atual Código Penal adotou a teoria unitária, definindo-o como aquele que concorre, de qualquer modo, para a realização de um resultado penalmente relevante.
- Ⓑ Para a devida punição, como regra geral, a conduta do partícipe será penalmente relevante e punível, ainda que o autor não execute o delito planejado.
- Ⓒ O concurso absolutamente negativo não faz do omissor um partícipe do delito, por não estar ligado ao crime nem ter o dever legal de agir.
- Ⓓ Para a punição do partícipe, o direito penal brasileiro adota a teoria da acessoriedade mínima, com base na ideia de que, se o autor der início ao fato típico, o partícipe deverá ser penalmente responsabilizado.
- Ⓔ Havendo desvio subjetivo de coagente, todos os que cooperaram para a prática criminosa responderão pelo mesmo crime, mas a pena do não aderente será diminuída, caso o resultado não seja previsível.

Questão 28

Assinale a opção correta a respeito dos crimes contra a dignidade sexual.

- Ⓐ Segundo o atual Código Penal, constitui crime contra a dignidade sexual o aliciamento de pessoa, mediante abuso, para fim de exploração sexual.
- Ⓑ Não há crime quando o agente transmite e divulga cenas pornográficas que envolvam pessoa com 16 anos de idade, devidamente identificada, no caso de se destinarem a fins acadêmicos.
- Ⓒ Constitui crime a filmagem de conteúdo com ato libidinoso, de caráter íntimo e privado, sem autorização dos participantes, não havendo delito quando se tratar de mera montagem de cena de nudez, ainda que sem o consentimento dos participantes.
- Ⓓ Trata-se de delito de satisfação de lascívia mediante a presença de adolescente, previsto no Código Penal, a prática de conjunção carnal, na presença de uma pessoa com 16 anos, com o objetivo de saciar a própria lascívia.
- Ⓔ Inclui-se entre os crimes contra a dignidade sexual, descrito no Código Penal, a promoção, por qualquer meio, de entrada ilegal de brasileiro em país estrangeiro, com a finalidade de obtenção de vantagem econômica.

Questão 29

No que se refere aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta considerando as disposições do CP e a jurisprudência do STF.

- Ⓐ Comete tentativa de latrocínio o agente que, com intenção de apossamento, subtrai coisa móvel alheia e dispara contra a vítima, por duas vezes, arma de fogo apta, mas sem êxito na deflagração das munições, por estarem estas molhadas.
- Ⓑ O crime de furto, por ser monossubsistente, admite tentativa, que ocorre quando o agente, ao dar início aos atos de execução, não logra êxito na subtração de coisa móvel alheia.
- Ⓒ Não é possível o reconhecimento da causa de diminuição da pena prevista no art. 155, § 2.º, do CP, quando se tratar de furto qualificado, em razão do caráter reprovável da conduta.
- Ⓓ Configura crime de roubo a conduta do marido que, mediante grave ameaça, subtrai o celular da esposa, com o fim de visualizar mensagens no aplicativo de conversas eletrônicas.
- Ⓔ Torna impossível o crime de furto, em razão da absoluta ineficácia do meio, a existência de segurança privada no interior de uma loja, sendo o fato atípico.

Questão 30

Com base na análise da culpabilidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ Exclui-se a culpabilidade do agente que, em virtude de perturbação da saúde mental, não tenha sido inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar conforme o direito.
- Ⓑ Segundo a teoria finalista de crime, a exigibilidade de conduta diversa é um elemento subjetivo da culpabilidade, que deve ser analisado, diante do caso concreto, com base na hipótese de o agente poder agir em conformidade com o direito.
- Ⓒ O erro mandamental exclui a culpabilidade, se inescusável, uma vez que não se pode exigir conduta diversa do agente que não tem o necessário discernimento para ato.
- Ⓓ A embriaguez completa e preordenada isenta o réu de pena, por constituir causa legal de exclusão da culpabilidade.
- Ⓔ Incorre em erro de validade o agente que pratica um fato proibido, supondo acreditar que o STF tenha declarado a inconstitucionalidade de uma lei penal incriminadora.

Questão 31

Assinale a opção correta em relação ao inquérito policial.

- Ⓐ O objetivo do inquérito policial é permitir a formação da *opinio delicto* das pessoas ou instituições responsáveis pela formulação do juízo acusatório, que, via de regra, incumbe ao Poder Judiciário.
- Ⓑ A autoridade policial poderá indeferir o pedido de instauração de inquérito feito por pessoa que se julga vítima de fato criminoso, caso constate que se trata de fato atípico.
- Ⓒ Trata-se de procedimento administrativo imprescindível para a propositura da ação penal.
- Ⓓ Embora a ação penal privada dependa do oferecimento de queixa-crime pela parte legitimada, é dever da autoridade policial instaurar o inquérito, ainda que não haja manifestação da pessoa que tenha qualidade para intentá-la.
- Ⓔ A autoridade policial que receber notícia apócrifa de fato criminoso consumado há poucos dias deve instaurar o inquérito e iniciar de pronto as investigações, por força do princípio da indisponibilidade.

Questão 32

Ainda acerca do inquérito policial, assinale a opção correta com base nas disposições do Código de Processo Penal e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ O encerramento da investigação pressupõe a oitiva de todas as pessoas capazes de esclarecer o fato, motivo pelo qual é inadequada a indicação, no relatório final, daquelas que não foram ouvidas e dos meios de localizá-las.
- Ⓑ O prazo para conclusão do inquérito é de 10 dias no caso de prisão preventiva, contados a partir da decisão que autorizou a segregação cautelar.
- Ⓒ Em se tratando de investigado solto, o prazo para a conclusão do inquérito é impróprio e pode ser prorrogado, a pedido da autoridade policial, por sucessivas vezes, desde que não haja prolongamento exagerado e injustificável da investigação.
- Ⓓ O prazo para a conclusão do inquérito relativo a investigado que esteja preso é peremptório, e seu descumprimento gera o trancamento da investigação.
- Ⓔ O prazo para a conclusão do inquérito em que tenha havido prisão em flagrante começa a contar da realização da audiência de custódia.

Questão 33

Assinale a opção correta a respeito do arquivamento do inquérito policial.

- Ⓐ É possível a reabertura das investigações na hipótese de surgimento de novas provas, caso o inquérito policial tenha sido arquivado por determinação judicial em razão da atipicidade do fato.
- Ⓑ Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o arquivamento de inquérito em virtude da prática de conduta acobertada pelo estrito cumprimento do dever legal obsta seu desarquivamento caso surjam novas provas sobre a excludente de ilicitude.
- Ⓒ O arquivamento de inquérito fundamentado na morte do agente faz coisa julgada material, ainda que se reconheça a falsidade da certidão de óbito apresentada.
- Ⓓ Ocorre arquivamento implícito quando o órgão de acusação, ao oferecer a denúncia, deixa de se manifestar sobre fato ou pessoa objeto da investigação, não se admitindo a propositura de nova ação penal posteriormente.
- Ⓔ O arquivamento determinado por decisão de juiz absolutamente incompetente pode fazer coisa julgada material, a depender do fundamento utilizado, o que impede a instauração de outra apuração sobre o mesmo episódio.

Questão 34

No que concerne ao controle externo da atividade policial, previsto constitucionalmente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Trata-se de atribuição compartilhada entre o Ministério Público e o Poder Judiciário.
- Ⓑ O referido controle pressupõe a existência de relação de subordinação da atividade policial ao órgão acusador.
- Ⓒ Todos os membros do Ministério Público com atuação criminal podem exercer a fiscalização da atividade policial por meio do exame dos procedimentos que lhe forem atribuídos.
- Ⓓ Se, em diligência fiscalizatória do Ministério Público, o promotor julgar inadequada a distribuição das atribuições dentro de um órgão policial, ele pode determinar o rearranjo da força de trabalho.
- Ⓔ O controle externo da atividade pelo Ministério Público alcança as polícias judiciárias, não estando a ele submetido as forças policiais de natureza militar.

Questão 35

Assinale a opção correta em relação às provas em matéria penal.

- Ⓐ Segundo a teoria dos frutos da árvore envenenada, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, as provas derivadas daquelas declaradas ilícitas também não podem ser utilizadas no processo, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- Ⓑ Existe óbice legal para que o juiz determine, de ofício, a realização de diligência para esclarecer dúvida relevante durante a ação penal.
- Ⓒ Segundo o Código de Processo Penal, provas ilícitas são aquelas obtidas em violação às normas constitucionais e provas ilegítimas, aquelas cuja produção decorra de violação às normas infraconstitucionais.
- Ⓓ Se reconhecida a ilicitude da prova, o juiz deve declarar-se impedido para atuar na ação penal, mas a prova deve permanecer acostada aos autos por constituir documento público.
- Ⓔ O juiz pode utilizar-se unicamente das provas colhidas na fase da instrução para fundamentar sua decisão, uma vez que a finalidade do inquérito é esgotada com o oferecimento da denúncia ou queixa.

Questão 36

Considerando as inovações constantes na Lei n.º 13.964/2019, assinale a opção correta em relação à cadeia de custódia.

- Ⓐ O descarte do vestígio não exige necessariamente autorização judicial.
- Ⓑ Se o perito oficial constatar a necessidade de exames complementares no vestígio, deve realizá-los imediatamente, remetendo-o à central de custódia apenas posteriormente.
- Ⓒ A preservação do vestígio de uma infração penal é de responsabilidade do perito oficial chamado ao local do crime.
- Ⓓ O início da cadeia de custódia ocorre com o recolhimento do vestígio do crime.
- Ⓔ Após coletado e examinado o vestígio, este deverá armazenado, não se podendo romper o lacre, sob pena de invalidá-lo como meio de prova.

Questão 37

Assinale a opção correta em relação à disciplina legal do exame de corpo de delito.

- Ⓐ O laudo de exame de corpo de delito deve ser firmado por, pelo menos, dois peritos.
- Ⓑ A realização do exame de corpo de delito está condicionada à existência de perito oficial no local.
- Ⓒ Em regra, a autópsia no corpo de vítima de homicídio somente pode ser feita após seis horas do óbito, a menos que os peritos julguem possível, de forma fundamentada, a antecipação do exame.
- Ⓓ Nas infrações que deixam vestígios, a prova testemunhal não pode suprir o exame de corpo de delito a fim de atestar a materialidade delitiva.
- Ⓔ O exame de corpo de delito classifica-se como direto na hipótese em que os peritos examinam fotos e laudos médicos produzidos por médicos que tenham atendido a vítima de violência em um pronto-socorro.

Questão 38

No que concerne à busca e apreensão, assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- Ⓐ A realização de busca e apreensão pessoal ou domiciliar exige prévia expedição de mandado pela autoridade judicial competente.
- Ⓑ É ilegítima a apreensão de documentos sigilosos no cumprimento do mandado se dele não constar autorização específica para que tal seja feito.
- Ⓒ A busca e apreensão pessoal em mulheres deve ser realizada por pessoa do sexo feminino, salvo se houver risco de retardamento ou prejuízo à realização da diligência.
- Ⓓ Há nulidade na busca e apreensão realizada sem autorização judicial em imóvel sem qualquer sinal de habitação, ainda que haja fundadas suspeitas de que o local seja utilizado para a prática de crime permanente.
- Ⓔ É vedado o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar no período da noite, mesmo com o consentimento do morador, por se tratar de garantia fundamental prevista na Constituição Federal.

Questão 39

Assinale a opção correta no que diz respeito à prisão em flagrante.

- Ⓐ A prisão em flagrante não tem natureza judicial e perdura unicamente até a sua análise pelo magistrado.
- Ⓑ É ilegal a prisão em flagrante realizada por pessoa do povo, uma vez que não se reveste da oficialidade necessária para o ato.
- Ⓒ Realizada a condução e ultimado o procedimento próprio do flagrante, o conduzido deverá aguardar, preso, a audiência de custódia, ainda que a autoridade policial não se convença das suspeitas que sobre ele recaiam.
- Ⓓ Os advogados somente podem ser presos em flagrante por crime inafiançável.
- Ⓔ O autor de um delito que compareça espontaneamente à repartição policial e admita a prática de um crime de que não se tinha notícia deverá ser preso em flagrante, pois, a partir do conhecimento do fato, surge a situação de flagrância.

Questão 40

Assinale a opção correta em relação à prisão temporária.

- Ⓐ Admite-se a substituição da prisão temporária por prisão domiciliar quando se tratar de representada mulher que tenha filhos menores de 12 anos de idade.
- Ⓑ Não se admite a prisão temporária no curso da ação penal.
- Ⓒ É cabível a prisão temporária para crimes culposos.
- Ⓓ O prazo da prisão temporária é de 5 dias, que pode ser prorrogado sucessivas vezes desde que não ultrapasse o limite de 30 dias, inclusive nos casos de crimes hediondos.
- Ⓔ É vedada a decretação de prisão temporária para crimes tentados.

Questão 41

Um policial civil constrangeu um homem (com emprego de grave ameaça causadora de grande sofrimento mental), apontado como autor de um assalto, a fim de obter a sua confissão formal. Um escrivão da polícia civil soube do ocorrido no dia seguinte, mas não adotou qualquer medida para que o caso viesse a ser apurado.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as disposições da Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/1997).

- Ⓐ O policial civil e o escrivão só poderão ser responsabilizados criminalmente caso se obtenha a confissão do homem apontado como o autor do assalto, uma vez que a lei em apreço exige essa finalidade específica.
- Ⓑ Apenas o policial civil deverá responder pela prática do crime de tortura, uma vez que a conduta do escrivão não se enquadra em nenhum dos delitos previstos pela lei em apreço, constituindo apenas uma infração de cunho administrativo.
- Ⓒ O crime de tortura, de que deve ser acusado o policial civil, é inafiançável e imprescritível.
- Ⓓ Tanto o policial civil quanto o escrivão devem ser responsabilizados criminalmente, uma vez que ambos praticaram o mesmo delito de tortura, previsto na lei em questão.
- Ⓔ Tanto o policial civil quanto o escrivão devem ser responsabilizados criminalmente, mas cada um deles pela prática de delitos distintos, ambos previstos na referida lei.

Questão 42

À luz da Lei n.º 9.296/1996, que dispõe sobre as interceptações telefônicas e em sistemas de informática e telemática, julgue os seguintes itens.

- I É permitida a interceptação de comunicações telefônicas, independentemente da pena que seja aplicada ao delito inicialmente investigado.
- II Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do MP, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes e, também, houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a dois anos ou em infrações penais conexas.
- III É possível a renovação sucessiva e automática da diligência de interceptação das comunicações telefônicas, desde que necessária à colheita da prova.
- IV A lei em questão determina a transcrição das comunicações interceptadas, mas, segundo entendimento jurisprudencial do STJ, não se faz necessária a transcrição integral das conversas interceptadas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item IV está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

Questão 43

Maria, jovem com dezenove anos de idade, reside com seus pais em uma cidade do interior do estado da Paraíba. Seu pai, Antônio, com cinquenta e oito anos de idade, cliente de que Maria namorava alguns rapazes, começou a agredi-la fisicamente, causando-lhe lesões corporais de natureza leve, afirmando que ela, por ser sua filha mulher, não poderia ser libertina, devendo manter a sua castidade.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens à luz das disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006).

- I A coabitação de Maria com Antônio é imprescindível ao enquadramento da conduta deste às disposições da lei.
- II Maria tem o direito de ter um atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores — preferencialmente do sexo feminino — previamente capacitados.
- III Caso haja risco atual ou iminente à integridade física de Maria, Antônio terá de ser imediatamente afastado do lar pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia, com a posterior comunicação do ato ao juiz, no prazo máximo de vinte e quatro horas, o qual terá de decidir, em igual prazo, sobre a manutenção ou revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao MP concomitantemente.
- IV Considerando que o delito praticado por Antônio tem pena mínima de um ano, será possível a aplicação da suspensão condicional do processo, prevista em dispositivo da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais.

Assinale a opção correta.

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 44

Com relação ao Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), que, entre outros aspectos, estabeleceu regras mais restritivas em relação à compra e ao porte de arma, bem como penas mais rigorosas para os crimes nele indicados, assinale a opção correta.

- A Aquele que tiver a posse ilegal ou o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, responderá por um mesmo delito (em um caso ou em outro, tanto para a posse como para o porte).
- B Artigo da lei em questão determinou que o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente, dispositivo este que foi declarado constitucional pelo STF.
- C A guarda ilegal de arma de fogo de uso restrito, sem munição, no interior da residência, não configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, uma vez que o referido delito exige a situação concreta de perigo.
- D Na lei em apreço, o artigo que dispõe sobre o delito de omissão de cautela prevê reprimenda para aquele que deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de dezoito anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de munição que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.
- E O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é considerado hediondo.

Questão 45

Paulo, com trinta e dois anos de idade, decidiu, junto com Marcos, com vinte e sete anos de idade, fazer remessas de maconha, de forma ilegal, para a Paraíba. Uma das remessas, com quatro quilos de maconha, foi feita pelos Correios, do domicílio de Paulo em Petrolina – PE para João Pessoa – PB. No trajeto, antes de a remessa chegar ao estado da Paraíba, houve a identificação da droga ilícita e, posteriormente, com as investigações policiais, foi descoberto o intuito associativo para a prática de delitos bem como a identidade dos responsáveis pelo envio do entorpecente.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes à luz da Lei n.º 11.343/2006, que trata do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, e, quando for o caso, da Lei n.º 8.072/1990, que trata de crimes hediondos.

- I Conforme entendimento predominante do STJ, caso se ateste que Paulo e Marcos são primários e possuem bons antecedentes, será possível a aplicação da redução de pena pelo tráfico privilegiado, conforme dispositivo da Lei n.º 11.343/2006.
- II Não se afigura possível o enquadramento da conduta de Paulo e Marcos ao delito de associação para fins de tráfico, previsto em artigo da Lei n.º 11.343/2006, uma vez que se exige a associação de três ou mais pessoas para a configuração desse delito.
- III Os crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, ambos previstos na Lei n.º 11.343/2006, são equiparados a crimes hediondos, conforme a Lei n.º 8.072/1990.
- IV Nos delitos de que João Paulo e Marcos são acusados, incide causa de aumento de pena prevista na Lei n.º 11.343/2006, tendo em vista a caracterização do tráfico entre estados da Federação, independentemente de o entorpecente ter efetivamente chegado ao estado da Paraíba.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item IV está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Apenas os itens III e IV estão certos.

Questão 46

André, com vinte e seis anos de idade, foi preso em flagrante sob a acusação de ter praticado o delito de estelionato, previsto no artigo 171, *caput*, do Código Penal. Na delegacia, ele apresentou o único documento de que dispunha naquele instante: o cartão com a numeração de seu cadastro de pessoa física (CPF).

A respeito dessa situação hipotética e do teor da Lei n.º 12.037/2009, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, julgue os seguintes itens.

- I É permitida a identificação criminal de André com os processos datiloscópico e fotográfico, uma vez que o documento apresentado é insuficiente para identificá-lo cabalmente.
- II Não é possível a colheita de material genético de André, na hipótese de a identificação criminal ser essencial às investigações policiais, uma vez que a lei em questão apenas permite esse procedimento em casos de crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável.
- III É possível a colheita de material genético de André, segundo a lei em apreço, na hipótese de a identificação criminal ser essencial às investigações policiais, o que pode ser feito pela autoridade policial sem a necessidade, nesse caso, de decisão judicial.
- IV As informações genéticas dos bancos de dados de perfis genéticos deverão ter informações sobre traços somáticos e comportamentais das pessoas, de forma a construir um banco de dados sobre os autores de crimes.

Assinale a opção correta.

- A** I.
- B** IV.
- C** I e II.
- D** II e III.
- E** III e IV.

Questão 47

João, pessoa em situação de extrema pobreza, com sessenta e cinco anos de idade, residente na cidade de Triunfo – PB, foi detido por policiais da cidade porque havia caçado dois tatupebas (espécie silvestre não ameaçada de extinção), sem a devida permissão, durante a noite. João comprovou que havia caçado os animais para comer, pois já estava há três dias sem se alimentar, não tinha recursos pra comprar comida e a sua roça nada produzia (em razão da grave seca que atingia a região).

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) pertinentes ao crime de caça ilegal, João deverá ser

- A** condenado pelo citado crime, com aplicação de causa de diminuição de pena, uma vez que a caça foi efetuada para saciar sua própria fome.
- B** condenado pelo citado crime, com a aplicação de duas circunstâncias agravantes: ter caçado durante a noite e em época de seca.
- C** condenado pelo referido crime, com aplicação de causa de aumento de pena, por ter caçado durante a noite.
- D** condenado pelo crime em questão, com a aplicação de circunstância agravante, por ter caçado durante a noite.
- E** isento do crime em apreço, uma vez que a caça foi efetuada para saciar sua própria fome.

Questão 48

De acordo com as disposições da Lei n.º 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a opção correta.

- A** Previsto na lei em apreço, o crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa é, em qualquer circunstância, considerado hediondo.
- B** Para a caracterização do conceito de organização criminosa, previsto no primeiro artigo da lei em questão, é necessária apenas a cumulação dos seguintes requisitos: a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais.
- C** A ação controlada, prevista na referida lei, sempre depende de expresse requerimento do MP e de autorização judicial prévia, para que a diligência seja efetuada.
- D** É obrigatória a atuação do agente policial na infiltração de agentes, uma vez que aludido dever decorre das atribuições inerentes ao cargo.
- E** A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo MP, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, terá de ser precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

Questão 49

A respeito das disposições da Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019), julgue os itens que se seguem.

- I A prática do ato de abuso de autoridade permite a responsabilização administrativa, civil e criminal do agente, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato, no entanto, quando essas questões – via de regra – tiverem sido decididas no juízo criminal.
- II A lei em apreço previu como penas restritivas de direito: a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, sem a perda dos vencimentos e das vantagens.
- III A conduta de quem prossegue com o interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, sem a presença de seu patrono (agindo dolosamente, com alguma das finalidades específicas previstas na lei em questão) constitui crime de abuso de autoridade.
- IV A conduta de quem cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as dezoito horas e antes das vinte horas, de um mesmo dia (agindo dolosamente, com alguma das finalidades específicas previstas na lei em apreço) constitui crime de abuso de autoridade.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

Questão 50

Pedro, com vinte e três anos de idade, enviou cinco fotos com cenas de sexo explícito envolvendo crianças, por meio de um *email*, a uma terceira pessoa que não foi identificada. Quando do cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência de Pedro, foram apreendidas outras setenta fotos de pornografia infantil em seu computador.

Acerca dessa situação hipotética, e considerando que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n.º 8.069/1990), constitui crime: distribuir fotos de pornografia infantil por *email* (art. 241-A); armazenar fotos de pornografia infantil (art. 241-B), julgue os itens a seguir.

- I Pedro deve responder apenas pelo delito previsto no artigo 241-A do ECA, pois distribuiu fotos de pornografia infantil pelo *email*. O delito previsto no artigo 241-B desse estatuto deve ser absorvido pelo tipo previsto no artigo 241-A, porque constitui meio de execução desse delito, segundo entendimento do STJ.
- II Pedro deve responder pelos delitos previstos no artigo 241-A (uma vez que distribuiu fotos de pornografia infantil) e 241-B (porque armazenava fotos de pornografia infantil em seu computador), ambos do ECA, segundo entendimento do STJ.
- III Pedro praticou o crime previsto no artigo 241-A do ECA, crime esse que possui causa de diminuição de pena (quando a quantidade de material pornográfico infantil transmitida é pequena).
- IV O crime previsto no artigo 241-A do ECA é considerado hediondo, conforme previsão da Lei n.º 8.072/1990, que dispõe sobre crimes hediondos.

Estão certos apenas os itens

- ☐ A I e III.
- ☐ B II.
- ☐ C II e III.
- ☐ D I e IV.
- ☐ E IV.

Questão 51

Flávio, com vinte e três anos de idade, foi detido por possuir trezentos gramas de cocaína em sua residência, droga considerada ilícita, conforme portaria do Ministério da Saúde. Ao ser questionado sobre o entorpecente, Flávio afirmou que ele se destinava ao seu consumo pessoal, não tendo a intenção de comercializá-lo.

Acerca dessa situação hipotética, e tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 11.343/2006, que trata do tráfico ilícito e do uso indevido de substâncias entorpecentes, assinale a opção correta.

- ☐ A Para determinar se a droga apreendida na residência de Flávio se destinava a consumo pessoal, o único critério adotado pela lei em apreço é o da quantidade de substância apreendida.
- ☐ B Conforme a lei em apreço, para se caracterizar a prática do crime de tráfico de drogas por Flávio, é necessário que se comprove a intenção comercial, com o intuito de obter vantagem econômica ou com a efetiva obtenção dessa vantagem econômica.
- ☐ C Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e do estabelecimento da materialidade do delito, é necessário o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, que sempre exige, em qualquer circunstância, a assinatura de um perito oficial.
- ☐ D Confirmando-se que a droga apreendida na residência de Flávio seria utilizada para consumo pessoal, não se imporá a sua prisão em flagrante.
- ☐ E O entendimento dominante do STJ e do STF é o de que é possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito de tráfico de drogas previsto pela lei em questão.

Questão 52

Marlene, cidadã comum com trinta e seis anos de idade, foi detida por possuir, em sua residência, uma arma de fogo de uso permitido, sem munição. Marlene possui o registro da arma, mas ele está vencido há cerca de seis meses.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens à luz das disposições do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003).

- I Segundo o entendimento do STJ, a posse de arma de fogo de uso permitido, com o registro vencido, como no caso de Marlene, não configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que não há o dolo do agente que procede ao registro e, depois de expirado o prazo, é apanhando com a arma nessa circunstância.
- II O fato de a arma estar sem munição impede a configuração do crime de posse ilegal de arma de fogo, dado que não existe uma situação concreta de perigo à segurança pública.
- III O crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido admite a concessão de liberdade provisória com fiança, diferentemente do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, que, por ser hediondo, não admite a concessão desse benefício.
- IV A conduta de Marlene configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que o fato de o certificado de registro estar vencido é suficiente para violar o bem jurídico tutelado pelo estatuto em apreço.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item IV está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Apenas os itens III e IV estão certos.

Questão 53

Na Internet, o sítio que atua como ponto de contato entre uma instituição e seus clientes e fornecedores é o

- ☐ A de informações.
- ☐ B comunitário.
- ☐ C institucional.
- ☐ D portal.
- ☐ E de aplicações.

Questão 54

Na linguagem Python, o tipo de uma variável em tempo de execução é definido pelo interpretador pelo recurso denominado

- ☐ A tipagem dinâmica.
- ☐ B modo interativo.
- ☐ C sintaxe.
- ☐ D interpretação *bytecode*.
- ☐ E empacotamento.

Questão 55

No modelo de rede OSI, a camada responsável pelos protocolos utilizados pelos usuários é a camada de

- ☐ A rede.
- ☐ B apresentação.
- ☐ C sessão.
- ☐ D transporte.
- ☐ E aplicação.

Questão 56

Em banco de dados, para definir as operações básicas em uma tabela, utiliza-se o acrônimo

- A SQL.
- B ODBC.
- C CRUD.
- D NoSQL.
- E DROP.

Questão 57

Em organizações que tenham implantado *big data*, a gestão dos dados é de responsabilidade do

- A CDO (*Chief Data Officer*).
- B CFO (*Chief Financial Officer*).
- C CEO (*Chief Executive Officer*).
- D CIO (*Chief Information Officer*).
- E CISO (*Chief Information Security Officer*).

Questão 58

O modelo de computação em nuvem que permite aos usuários finais acessar uma suíte de escritório na Web é denominado

- A *Platform as a Service* (PaaS).
- B *Internet of Things* (IoT).
- C *Virtual Machine* (VM).
- D *Software as a Service* (SaaS).
- E *Infrastructure as a Service* (IaaS).

Questão 59

O vírus que permite mudar sua própria aparência e alterar padrões de comportamento é do tipo

- A veículo de transporte.
- B metamórfico.
- C de disseminação ultrarrápida.
- D multiexploração.
- E polimórfico.

Questão 60

No modelo TCP/IP para conexão inter-redes, a camada que garante a transferência de dados confiável é a camada

- A física.
- B de interface de rede.
- C de Internet.
- D de aplicação.
- E de transporte.

Questão 61

Em arquivos do tipo texto, os metadados que permitem armazenar informações por meio de estruturas como XML ou JSON são do tipo

- A estruturados.
- B semiestruturados.
- C hierárquicos.
- D categorizados.
- E não estruturados.

Questão 62

Assinale a opção que apresenta a combinação correta para expressar a referência fixa da coluna e a relativa da linha, considerando-se a célula E6 em uma planilha Excel.

- A \$ E6
- B E6
- C E\$ 6
- D \$ E\$ 6
- E 6E

Questão 63

A capacidade de um agente computacional de alterar o próprio comportamento com base em situações anteriores é chamada de

- A autonomia.
- B cooperatividade.
- C inteligência.
- D aprendizagem.
- E proatividade.

Questão 64

Em um banco de dados relacional, quando toda coluna não chave de uma tabela depende diretamente da chave primária diz-se que a tabela está, no mínimo, na

- A primeira forma normal (1FN).
- B segunda forma normal (2FN).
- C terceira forma normal (3FN).
- D quinta forma normal (5FN).
- E quarta forma normal (4FN).

Questão 65

A coleta de dados que serão garimpados, na mineração de dados, é feita na etapa de

- A aplicação.
- B análise.
- C priorização.
- D mineração.
- E preparação.

Questão 66

A rede de computadores que se caracteriza por permitir acesso restrito, comunicação instantânea, compartilhamento de dados e rede local é do tipo

- A Internet.
- B *intranet*.
- C OSI.
- D TCP/IP.
- E *extranet*.

Questão 67

Ao se realizar a análise tipológica de documentos de arquivo utilizando a arquivística como ponto de partida, o elemento inicial será o(a)

- A espécie documental.
- B competência da entidade produtora.
- C atividade refletida no documento.
- D tipo documental.
- E entidade produtora.

Questão 68

Com relação à microfilmagem de documentos de arquivo, assinale a opção correta.

- A A garantia da segurança do acervo arquivístico contra furto é uma das vantagens da microfilmagem.
- B Os microfilmes resultantes de microfilmagem de documentos necessários à prestação de contas não precisam ser mantidos pelos mesmos prazos de prescrição de seus respectivos originais.
- C Os microfilmes e filmes cópias produzidos no exterior não necessitam de reconhecimento de firma, pela autoridade consular brasileira, da autoridade estrangeira que os houver autenticado.
- D A qualidade do serviço de microfilmagem não depende de prévia organização arquivística dos documentos.
- E Documentos em tramitação podem ser eliminados após a microfilmagem, antes da definição de sua destinação final, desde que possuam cópia de segurança.

Questão 69

A respeito do diagnóstico da situação arquivística, assinale a opção correta.

- A** Estudos de grupos de organizações similares fazem parte da visão maximalista.
- B** A observação de problemas arquivísticos e a proposição de soluções é objeto do diagnóstico maximalista.
- C** O diagnóstico da situação arquivística consiste no relato detalhado do passado da organização.
- D** No diagnóstico arquivístico, o pré-diagnóstico não é necessário.
- E** No diagnóstico da situação arquivística, o uso de bases de dados para armazenamento das informações coletadas não é recomendado.

Questão 70

A base teórica que rege as intervenções arquivísticas é conhecida como

- A** criação de documentos.
- B** fundo de arquivo.
- C** princípio da proveniência.
- D** descrição documental.
- E** tipologia documental.

Questão 71

Tendo em vista que a implantação de um programa de gestão de documentos prevê a observação de três fases básicas, assinale a opção que apresenta essas três fases.

- A** corrente, intermediária e permanente
- B** recebimento, classificação e registro
- C** arranjo, descrição e conservação
- D** produção, utilização, destinação
- E** primária, administrativa e histórica

Questão 72

Assinale a opção correta acerca da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

- A** A norma em apreço foi desenvolvida para a utilização em sistemas de descrição automatizados. Sistemas manuais seguem norma específica.
- B** Na norma em consideração, as informações sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição são registradas na área de identificação.
- C** A NOBRADE tem como princípio a repetição da informação para contextualização em descrições hierarquicamente relacionadas.
- D** O objetivo da norma em questão é padronizar formatos de entrada e saída de dados em sistemas de descrição, interferindo na apresentação final das descrições.
- E** A NOBRADE contém seis principais níveis de descrição.

Questão 73

Assinale a opção correta com relação às normas internacionais de arquivo.

- A** A ISAD (G) possui sete áreas de informação descritiva.
- B** Os elementos de descrição da ISDF estão organizados em cinco áreas de informação.
- C** A ISDAH permite a produção de estatísticas de instituições arquivísticas no nível nacional ou internacional. Regionalmente, as instituições utilizam normas próprias.
- D** A ISAD (G) contém regras gerais que podem ser aplicadas, independentemente da forma ou do suporte dos documentos, inclusive a selos, registros sonoros ou mapas.
- E** As descrições elaboradas com base na ISAAR (CPF) não são autoexplicativas, razão pela qual demandam a complementação de normas nacionais.

Questão 74

De acordo com a terminologia adotada pelo Arquivo Nacional (Brasil) no **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**, o termo metadado identifica

- A** um dado codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.
- B** um dado integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos.
- C** o resultado de um cálculo matemático que envolve a cadeia de bites do documento e a chave da assinatura digital.
- D** a relação entre os dados de forma e conteúdo do documento digital que permite sua apresentação.
- E** um dado estruturado e codificado, que descreve e permite acessar, gerenciar, compreender dados e(ou) preservar outros dados ao longo do tempo.

Questão 75

Assinale a opção correta com referência às funções arquivísticas.

- A** Por ser um suporte de conservação, o microfilme não pode ser considerado um modo de difusão.
- B** A aquisição é função presente nos arquivos corrente e intermediário. Não há aquisição no arquivo permanente.
- C** A conservação se ocupa da definição dos prazos de guarda e destinação.
- D** A criação é aplicável à gestão dos documentos eletrônicos.
- E** A classificação é feita de forma generalizada, considerando aspectos macroscópicos, sem pormenores das particularidades e das atividades dessa organização.

Questão 76

A função arquivística que perpassa todas as demais por permitir acesso às informações e aos documentos e por divulgar as práticas do acervo é conhecida como

- A** criação.
- B** descrição.
- C** preservação.
- D** classificação.
- E** difusão.

Questão 77

De acordo com a política nacional de arquivos públicos e privados,

- A** a responsabilidade por acompanhar e implementar a política nacional de arquivos é de cada unidade de arquivo, público ou privado.
- B** o direito à informação se refere a documentos do interesse particular do solicitante. Documentos de interesse coletivo ou geral não estão contemplados por esse direito.
- C** a gestão documental é dever do poder público.
- D** contra a violação de sigilo estão previstas ações penal, civil e administrativa, sem direito a indenização.
- E** os documentos de valor permanente são imprescritíveis, mas podem ser alienados.

Questão 78

Assinale a opção que apresenta a definição correta de sistema de arquivos.

- A** Conjunto de rotinas, procedimentos e métodos de arquivamento compatíveis entre si, tendo em vista a organização e a preservação de documentos ou arquivos, bem como o acesso às informações neles contidas.
- B** Conjunto de procedimentos, normalmente automatizados, pelos quais referências ou dados contidos em documentos são indexados e armazenados para recuperação posterior.
- C** Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns.
- D** Conjunto de procedimentos e operações técnicas cuja interação permite a eficiência e a eficácia da produção à destinação de documentos.
- E** Conjunto de procedimentos que norteiam a organização dos documentos, tendo em vista a recuperação da informação de um ou mais fundos e(ou) coleções.

Questão 79

No protocolo, encaminhar as cópias, acompanhadas dos antecedentes, ao setor de arquivamento é atividade que compete

- A** ao recebimento e classificação.
- B** à consulta.
- C** ao empréstimo.
- D** à destinação.
- E** à expedição.

Questão 80

Acerca do acesso à informação, assinale a opção correta.

- A** As informações classificadas como ultrassecretas e secretas não serão reavaliadas.
- B** No caso de indeferimento de acesso a informações, não caberá recurso contra a decisão.
- C** Quando a informação solicitada estiver em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
- D** Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações sem a necessidade de identificação do requerente.
- E** Os órgãos e entidades públicas devem promover, após preenchimento de requerimentos, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral.

Espaço livre